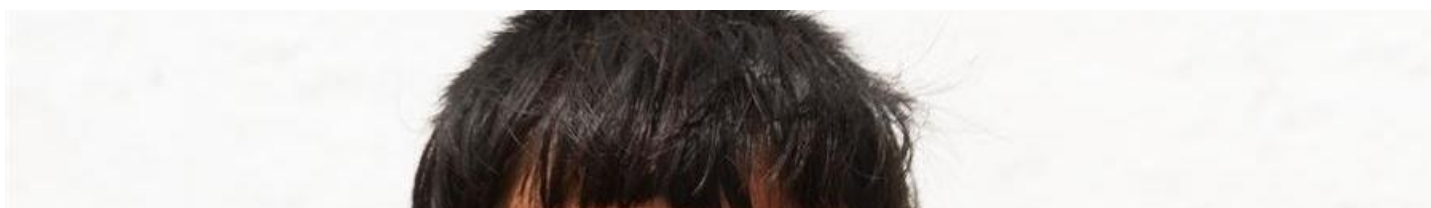


NOTÍCIAS

CORONAVÍRUS

STF marca para segunda julgamento sobre medidas contra covid em aldeias indígenas



Índigena yanomami veste máscara de proteção em Alto Alegre (RR); STF marcou para a próxima segunda-feira uma sessão extraordinária

Imagem: Joédson Alves/EDE



28/07/2020 19h06

O **STF** (Supremo Tribunal Federal) marcou para a próxima segunda-feira uma sessão extraordinária do plenário para julgar, no primeiro encontro após o retorno do recesso forense, uma ação que questiona as medidas que o governo **Jair Bolsonaro** têm adotado para conter o avanço da pandemia do novo **coronavírus** nas aldeias indígenas.



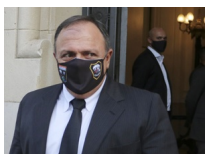
Topo

O processo foi movido pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e seis partidos políticos pedindo medidas legais imediatas pelo risco real de genocídio da população indígena.

RELACIONADAS



Bolsonaro fará primeira viagem de trabalho após teste negativo para a covid



Saúde autoriza repasse de R\$ 120 mi aos Fundos de Saúde dos Estados e do DF



MPF recomenda adoção de medidas contra a covid-19 para indígenas no Pará

Na semana passada, o relator da ação, ministro Luís Roberto Barroso, designou um integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e um observador do gabinete dele para acompanhar as discussões entre lideranças indígenas e governo a respeito de medidas para conter o avanço da pandemia nas aldeias.

O julgamento pelo plenário do Supremo vai decidir se confirma ou rejeita liminar concedida parcialmente por Barroso para determinar que a União formule em 30 dias um plano de enfrentamento da covid-19 para os povos indígenas. A Advocacia-Geral da União (AGU) manifestou-se contra o processo.

No processo movido no início do mês, a Apib cita que, de acordo com o Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena da Apib, até o dia 27 de junho, o país registrava 378 indígenas falecidos, 9.166 infectados e 112 povos atingidos pelo vírus.

"Com base nos dados da Apib, verifica-se que o índice de letalidade da covid-19 entre povos indígenas é de 9,6%, enquanto que, entre a população brasileira em geral, é de 5,6%", contabilizou na época.

A Articulação cobra que a União tome imediatamente todas as medidas necessárias para a retirada dos invasores de seis terras indígenas - Ianomâmi, Karipuna, Uru-Eu-Wau-Wau, Kayapó, Araribóia, Munduruku e Trincheira Bacajá - e defende, se for necessário, o uso das Forças Armadas.

Na ação, a Apib tece críticas à atuação do governo federal e argumenta que os danos e riscos da pandemia do novo coronavírus para os povos indígenas são maiores do que para o restante da população e sustenta que há a "possibilidade real de extermínio de etnias inteiras, sobretudo de grupos isolados ou de recente contato".

No início do mês, militares entregaram equipamentos de proteção e remédios a comunidades indígenas isoladas da Amazônia na fronteira com a Venezuela na terça-feira de helicóptero e examinaram índios para detectar a covid-19, já em meio a críticas de que o governo estaria fazendo pouco nessa área.

AS MAIS LIDAS AGORA

Cadáver em loja, cão espancado e idoso expulso: matriz do Carrefour na França diz que problemas no Brasil são 'isolados'

Suspeito de roubo, jovem negro é preso no RJ com base em foto antiga



Topo



PR: Aluna deixa atividade em branco, e recado emociona professora

Governo Bolsonaro Política

Coronavírus

Médico cubano morre de coronavírus após trabalhar na linha de frente no MA

21/08/2020 12h09

Bastidores: Flu treina e reconhecerá gramado sintético da Arena da Baixada

21/08/2020 12h00

Joe Biden: 4 vantagens e 4 pontos fracos do candidato democrata à Casa Branca e suas diferenças com Hillary Clinton

